

EDS.  
ANTÓNIO MANUEL FERREIRA · CARLOS MORAIS  
MARIA FERNANDA BRASETE · ROSA LÍDIA COIMBRA



pelos mares da  
**língua**  
**portuguesa 5**

VOL. 2 LÍNGUA E ENSINO







pelos mares da  
**língua**  
**portuguesa 5**

**Língua e ensino**

EDS.  
ANTÓNIO MANUEL FERREIRA  
CARLOS MORAIS  
MARIA FERNANDA BRASETE  
ROSA LÍDIA COIMBRA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**Pelos Mares da Língua Portuguesa 5**  
**Volume 2: Língua e ensino**

EDITORES

**António Manuel Ferreira**  
**Carlos Morais**  
**Maria Fernanda Brasete**  
**Rosa Lídia Coimbra**

EDITORA

**UA Editora**  
**Universidade de Aveiro**  
**Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia**

CAPA

**Grafismo sobre uma imagem criada por Álvaro de Sousa**

EDIÇÃO

**1ª edição – dezembro de 2023**

DEPÓSITO LEGAL

**526378/24**

ISBN

**978-972-789-894-7**

DOI

**<https://doi.org/10.48528/txwt-3d03>**

**Todos os capítulos deste volume foram submetidos a arbitragem duplamente anónima por pares académicos.**



**cllc**  
universidade de aveiro  
centro de línguas, literaturas e culturas

[HTTPS://DOI.ORG/10.54499/UIDB/04188/2020](https://doi.org/10.54499/UIDB/04188/2020)

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Esta publicação é financiada por fundos nacionais,  
através da Fundação para a Ciência e Tecnologia,  
I.P., no âmbito do Projeto UIDB/04188/2020

# ÍNDICE

- 7 **Concordância variável no português de três continentes: estudo preliminar sobre a fala em Angola, Moçambique, Brasil e Portugal**  
Júlia Maria Mendes Santos  
Giulia Bossaglia
- 27 **A língua de raiz paulista: uma picada remanescente do século XX**  
Maria Célia Lima-Hernandes  
Victória Golfetti
- 53 **Diversidade linguística e inclusão nas aulas de língua portuguesa em Moçambique**  
Paula Maimuna Bernardo Ângelo Bambo
- 63 **História e memória dos topônimos de ruas do centro histórico de Cuiabá-Mt**  
Ivanete Maria de Jesus  
Carolina Akie Ochiai Seixas Lima
- 83 **Gêneros textuais pelos mares da língua portuguesa na época dos Descobrimentos: o processo de evangelização e de alfabetização dos povos africanos**  
Maria Antonietta Rossi
- 101 **As marcas linguísticas e discursivas do texto em discursos religiosos de língua portuguesa: análise de plano de texto e de representação semântica**  
Maria Eliete de Queiroz  
José Rubens Pereira  
Carlos Eduardo Coutinho de Melo
- 119 **Construção lexical do *ethos discursivo* em intervenções políticas portuguesas e brasileiras**  
Sara Pita
- 139 **As formas de tratamento no português de Portugal segundo a metodologia da etiquetagem SEFTRA**  
Xavier Frias Conde
- 149 **A construção do discurso em ambientes digitais: contributos para o estudo dos rituais verbais de indelicadeza**  
Marta Alexandra Cação Lopes Antão  
Carla Aurélia de Almeida

- 171 **Expressões da língua portuguesa como estratégia de comunicação digital das marcas**  
Dina Maria Silva Baptista
- 193 **Provérbios portugueses sobre linguagem: metáforas conceptuais e estereótipos acerca do bom comunicador**  
Rosa Lídia Coimbra
- 211 **<Quedar-se a + Infinitivo> no Português Europeu**  
Henrique Barroso
- 225 **Sobre a reflexividade em português brasileiro**  
Grace dos Anjos Freire Bandeira
- 249 **Português Língua Estrangeira (PLE) e Búlgaro Língua Materna (BLM), ou dos clíticos em movimento**  
Ana Paula Loureiro  
Vesela Chergova  
Henrique Barroso
- 271 **Desvios de flexão verbal em produções escritas de aprendentes anglófonos de PLE**  
Telma Elisabete de Oliveira Duarte
- 293 **Desenvolvimento da competência intercultural e literatura lusófona em aulas de PLE: relato de uma experiência em turmas de nível B**  
Solange Imaginário Lima
- 311 **Cenários de produção artística: fios condutores para a produção de narrativas orais e escritas**  
Maria Daniela Sousa  
Isabel Roboredo Seara
- 327 **Uma Reflexão Teórico-prática sobre os Géneros Textuais nos *Curricula* Moçambicanos**  
Paula Bambo  
Acácio Augusto Tete
- 345 **A mediação do género textual na competência de leitura no contexto escolar em Moçambique: um estudo preliminar**  
Narciso Montanha Narciso
- 363 **Abordagem dialógica de textos literários no Ensino Básico moçambicano**  
Simião Alberto Muhate
- 379 **Educação em Português e promoção da cidadania global: uma revisão sistemática de estudos publicados**  
Maria João Macário  
Cristina Manuela Sá  
Luciana Mesquita
- 397 **A Escola Nova e a educação de surdos no Brasil na década de 50**  
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta

# Géneros textuais pelos mares da língua portuguesa na época dos Descobrimentos: o processo de evangelização e de alfabetização dos povos africanos

MARIA ANTONIETTA ROSSI  
Università per Stranieri di Siena (Itália)

## 1. Nota introdutória: a difusão extracontinental da língua portuguesa na época áurea dos Descobrimentos

O processo quinhentista de difusão planetária da língua portuguesa deve-se, notoriamente, ao enérgico ímpeto expansionista que encorajou o povo lusitano, na época dos Descobrimentos, a construir um vasto império marítimo que, sob o ponto de vista tanto linguístico como sociocultural, era fortemente heterogéneo, condição devida à presença dos povos autóctones de substrato, cujas línguas maternas exerceram, de facto, uma importante influência na evolução das variantes – assim como de crioulos (Baxter, 1996; Pereira, 2007) – que hoje em dia se falam nos territórios brasileiros, asiáticos e africanos onde o português é idioma oficial. Com efeito, nesta marcante fase histórica, a dinastia de Aviz (1385-1580), a primeira “monarquia del continente a fondare un impero moderno” (Marcocci, 2011, p. 11), incentivou grandes expedições, tal como a conhecida viagem transoceânica de Vasco da Gama (1469-1524), que em 1498 conseguiu chegar à Índia circum-navegando o continente africano – empresa outrossim celebrada na obra camoniana *Os Lusíadas* – e de Pedro Álvares Cabral (1467-1520) que, segundo a versão histórica oficial, ainda debatida na literatura científica (Saraiva, 2004, p. 135), descobriu casualmente o Brasil.

Na esteira do espírito renascentista, que avivou, no reino de Portugal, um florescimento quer metalinguístico – graças ao processo de gramaticalização do idioma nacional que, para ser bem falado e escrito no vasto espaço colonial, necessitava de ser normativizado através de gramáticas e dicionários (Celani,

2012) –, quer tecnológico, uma vez que a evolução da arte náutica determinou não apenas a formação do pensamento científico moderno em língua portuguesa, mas também a origem das respetivas estruturas discursivas e do devido léxico setorial (Almeida, 1997, pp. 11-19). Neste contexto quinhentista de intenso realce cultural, o processo de formação e de evolução do idioma lusitano está inevitavelmente relacionado, por conseguinte, à viagem de expansão territorial nas áreas extracontinentais, que juntamente constituíam, citando as palavras do erudito Gaspar Barreiro (1515-1574), o chamado *Maris Imperium* (Barreiro, 1561), abrangendo três continentes, onde progrediu, nas palavras do ilustre Ivo Castro, o português extraeuropeu (Castro, 2011, p. 77), adquirindo, portanto, uma dimensão plurinacional.

Isso posto, podemos asseverar que, adotando uma perspetiva odepórica de análise, como já frisámos na monografia dedicada ao estudo ecdótico e textual das *Cartinhas* da Biblioteca Pública de Évora (Rossi, 2017), o desenvolvimento diacrónico do português e o respetivo espalhamento em perspetiva pluricêntrica estão correlacionados, portanto, às viagens de expansão geográfica e de ocupação político-comercial dos territórios em África, Ásia e América do Sul, completamente desconhecidos pelo Ocidente naquela altura, doutrina geopolítica que permitiu edificar, segundo Gama, uma real “monarquia pluricontinental” (2011, p. 1), transformando rapidamente a nação portuguesa, citando as palavras do historiador Marcocci, de pequeno e marginal reino ibérico a primeira potência colonial europeia (2011, p. 11). Deste modo, as novas rotas transoceânicas determinaram quer i) o enraizamento do português como língua franca, de acordo com a tese defendida pelo historiador arabista David Lopes no seu trabalho de 1936 (Lopes, 1936, pp. 34-35), quer ii) inevitáveis e prolongados contatos sociolinguísticos entre o povo lusitano e os grupos locais, destinados a ser aculturados, conforme a ótica etnocêntrica da época, aos padrões “civilizados” da nova cultura introduzida (Barreto, 1983).

Frente ao exposto, é manifesto que a afirmação do idioma lusitano como “bandeira da nacionalidade” (Castro, 2011, p. 185) e meio comunicativo de contato nos territórios extracontinentais se correlata ao seu uso repetido e diuturno entre os colonizadores e os povos “exóticos” – assim etiquetados no período em questão, como ilustra a investigadora Buescu (1983) – para negociar significados em diferentes contextos socio-discursivos.

Tal dinamismo linguístico do português quinhentista intensificou-se, aliás, graças aos missionários, sobretudo Jesuítas, “un vero e proprio esercito spirituale internazionale” (Hartmann, 2003, p. 28) que se dirigia para as áreas extracontinentais, conforme as diretivas do Padroado Régio (Hartmann, 2003, pp. 57-59) – união biunívoca entre o poder temporal da nação lusitana e

aquele espiritual da Santa Sé (Santos Hernández, 1977) – para difundir a fé cristã. Para atingir este objetivo, empregava-se, de facto, o idioma nacional na expectativa de i) evangelizar, por um lado, as novas terras descobertas – aprendendo até, na fase inicial, os idiomas étnicos locais para facilitar o processo de catequese, baseado na transmissão de conceitos demasiado abstratos para os indígenas (Hartmann, 2003, p. 56) –, atuando, como defende Filipe Barreto, uma «verdadeira “planetarização global e total do cristianismo” (Barreto, 1987, 41), e de ii) ensinar, por outro, o português como Língua Segunda (L2) através de apropriados instrumentos pedagógicos como *Cartinhas* e *Catecismos* (Rosa, 2002; Rossi, 2017), utilizados não apenas para incentivar, no público alvo, a memorização significativa dos dogmas do Cristianismo, mas ainda para treinar a arte da leitura e a habilidade de compreensão escrita em língua vernácula a partir de textos religiosos, ponto de partida do processo civilizacional (Russo, 2021, p. 18), que circulavam amplamente pelos mares da língua portuguesa graças à recente consolidação da imprensa, tanto em pátria como nas colónias, para conseguir os propósitos educacionais ilustrados.

Destarte, o idioma nacional tornou-se no pilar em que assentava quer o inteiro projeto político de expansão territorial, quer a disseminação do catolicismo nas províncias ultramarinas, afirmando-se, na opinião de Barreto, como idioma “intercivizacional/internacional do Renascimento” (1987, p. 53), cuja aprendizagem como L2 era promovida, como analisaremos a seguir, através de determinados tipos e géneros textuais que navegavam pelos mares da língua portuguesa como ofertas enviadas por meio de embaixadas aos governantes locais: a difusão destes instrumentos, de cariz instrucional e pedagógico, contribuía, destarte, com a campanha de alfabetização e de evangelização nas áreas extracontinentais, missão exercida em primeira pessoa pelos missionários empregando determinados materiais didáticos pertencentes, segundo a classificação proposta por Werlich (1975), à tipologia textual instrucional ou injuntiva, denominados, nos séculos XVI, como *Cartinhas* (ou *Cartilhas*), *Catecismos*, *Flos sanctorum*, *Livros da Vida dos mártires* e *Livros de rezar*. Tais volumes editados em língua portuguesa – cujas características composicionais se delineiam neste período histórico – eram divulgados em Portugal e nas áreas ultramarinas graças à imprensa – definida por Pinto como a “nobre arte da imprimissão” (Pinto, 1948, p. 238) – e, outrossim, através das faustosas embaixadas que D. Manuel I enviou ao estrangeiro (Dias, 1995), dando início, segundo o nosso parecer, à história da educação em português como língua segunda, sendo, estes textos, os primeiros instrumentos utilizados para o processo de alfabetização tanto em pátria como nas colónias.

Para demonstrar que a coroa lusitana incentivava tal processo civilizacional desfrutando do influente poder da imprensa, efetuaremos uma análise do alvará

régio assinado pelo rei *Venturoso*, datado de 6 de julho de 1514, para organizar uma embaixada com o objetivo de enviar presentes destinados às terras etíopes – cujo governador era o conhecido Preste João, promotor do catolicismo no seu reino – de vertente quer i) qualitativa, para individuar quais géneros textuais, incluídos na lista das ofertas a enviar, se empregavam efetivamente nas terras africanas para incentivar a literacia em língua portuguesa juntamente com o processo de conversão, quer ii) quantitativa, de modo a contabilizar o real número de volumes circulantes, durante o século XVI, na hodierna Etiópia para cumprir as diretivas do Padroado Régio. Completa a análise um estudo bibliográfico, conduzido através do exame dos levantamentos efetuados por Sousa Viterbo (1901) ao catalogar os textos presentes na livraria régia durante o reinado de D. Manuel I e por Innocencio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1860), que permitiu reconstruir, para alguns livretes, quer o título original de cada exemplar mencionado, quer o respetivo ano de edição.

## **2. A campanha de alfabetização e evangelização na África portuguesa: os géneros textuais enviados à Etiópia com o alvará régio de 1514**

Conforme dito anteriormente, D. Manuel desenvolveu um papel preponderante em promover e pôr em prática o projeto de unificação tanto linguística como cultural das áreas periféricas do império ultramarino, caracterizadas, como acima se disse, por um poliédrico substrato idiomático e étnico que influiu enormemente na evolução do idioma introduzido nestes territórios, onde o soberano quis reforçar, em breve tempo, a presença portuguesa, de maneira a ampliar, como afirma Gama, “a rede de influências que os portugueses haviam conquistado até o Oceano Índico” (2011a, p. 14).

Para atingir este objetivo, o monarca serviu-se, de facto, do grande potencial da arte tipográfica, inovação tecnológica graças à qual a própria livraria real, segundo Francisco Marques Sousa Viterbo, “iria aumentando sucessivamente, correspondendo assim, não só ao gosto mais ou menos apurado dos monarchas, mas ao progresso intelectual” (Sousa Viterbo, 1901, p. 7), ofício que se desenvolveu em Portugal em ritmo acelerado (Buescu, 2011, p. 266), consoante informa Tito de Noronha (1834-1896) – um dos primeiros estudiosos a delinear um panorama geral sobre a história das tipografias lusitanas na época renascentista – sobretudo por meio de editores estrangeiros, em particular italianos, alemães e franceses (Meirinhos, 2006, p. 19), que se ocuparam do crescimento desta arte em território lusitano até nos séculos posteriores (Russo, 2013), como o conhecido Giovan Pietro Bonomini (? -1526), nome aporuguesado para João Pedro Bonhomini de Cremona, e Valentim Fernandes (? -1519) (Noronha, 1874,

p. 18). Estes editores disponibilizaram as próprias oficinas para a publicação quer das *Ordenações Manuelinas*, moderno código legislativo (Marques, 1977, p. 264), quer de um grande número de catecismos e cartinhas, instrumentos didáticos de cunho religioso imprescindíveis para divulgar a fé e a língua do império nas colónias (Rossi, 2017), alguns dos quais foram publicados também pelo francês Germain Gaillard (1509?-1561) – ou Germão Galharde –, nomeado impressor régio em 1536.

De facto, segundo o levantamento bibliográfico realizado por Sousa Viterbo em 1901 para identificar os exemplares presentes na livraria real, especialmente na coleção manuelina, definida pelo estudioso como um “foco poderoso de instrução” (1901, p. 1), a maior parte dos volumes impressos em *lingoagem*, de natureza pedagógica, como bíblias, breviários, catecismos e livros de rezar, abordava temáticas religiosas (Sousa Viterbo, 1901, p. 8) – litúrgicas, teológicas e espirituais –, uma vez que naquela altura, como defende a estudiosa Buescu, “a tipografia era um recurso excepcional ao serviço da Igreja, da Coroa e da Universidade” (2011, p. 270), enquanto os manuscritos, ainda circulantes no século XVI, representavam “o veículo privilegiado da difusão da poesia lírica e das novelas, nomeadamente de cavalaria” (2011, p. 270). Em consonância disto, o *Venturoso* assentou a própria campanha governativa na divulgação destes volumes injuntivos, em português, no heterogéneo espaço lusófono (Calamote, 1997; Gama, 2001b), na esteira do grande florescimento da produção metalinguística em língua vernácula, que visavam instruir o público alvo, por um lado, à observância das novas prescrições legislativas reunidas nas citadas *Ordenações Manuelinas* e, por outro, impor o uso comunicativo do idioma lusitano em todo o império, instrumentos a empregar também nas atividades catequéticas destinadas a espalhar a religião católica (Buescu, 2007, p. 157), reduzindo, deste modo, a existência de grupos pagãos e islâmicos.

Por estas razões, o soberano, “o maior propagandista do livro do seu tempo” (Pinto, 1948, p. 241), enviou, principalmente por meio de embaixadas, numerosos exemplares impressos em língua portuguesa, mandando até instalar as primeiras tipografias na Ásia – em Cochim e em Goa (Pato, 1984, pp. 44-45; Matos, 1997) – e na África, algumas nos colégios dos próprios missionários jesuítas – principalmente na atual área de Luanda e Mbanza Congo (Hallewell, 1982, p. 8) –, enquanto outras eram administradas por impressores privados de forma totalmente independente das ordens religiosas, de maneira a facilitar a distribuição local de um grande número de silabários e catecismos que, como argumenta Hallewell, já circulavam no final do século XV “in support of Portuguese missionary activities in Manicongo, in West Africa, as early as March 1491” (1982, p. 8), dado que “o rei teve logo de início a compreensão

nítida e larga de que a língua era a melhor maneira de captar as almas e realizar a absorção dos povos” (Pinto, 1948, p. 241).

À luz do exposto, podemos portanto corroborar a ideia de que o monarca teve um papel central em promover a internacionalização da língua e da civilização lusitana nos vários continentes atingidos, principalmente através de sólidas relações diplomáticas com os governantes autóctones, estabelecidas por meio de embaixadas estratégicas, “uma das feições mais características da política ultramarina de D. Manuel” (Sousa Viterbo, 1901, p. 7), organizadas para mostrar ao mundo o “grau de elevação do poderio português” (Sousa Viterbo, 1901, p. 7), i. e. o alto valor político e económico conquistado por Portugal durante a época dos Descobrimentos. Sendo o rei, como argumenta a historiadora Dias, “detentor agora de um império mais vasto, com uma política cultural e religiosa de maiores proporções, contempla largamente reis, xeques, alcaides, capelães, embaixadores, estudantes, servidores de emissários” (1995, p. 687), assim como o Papa Leão X (1475-1521), ao qual destina uma embaixada de obediência que marcou a memória histórica coletiva pela sumptuosidade do cortejo que desfilou na capital romana a 12 de março de 1514, “extraordinário e eloquente meio de divulgação e propaganda ideológica das Casas reinantes” (Lopes, 2013, p. 158). De facto, durante a pomposa cerimónia, de caráter ‘transcontinental’ por “mostrar as maravilhas encontradas nas regiões recém-descobertas para a Cristandade” (Lopes, 2013, p. 166), desfilou o célebre elefante enviado como presente, poderoso animal que simbolizava, segundo Lopes, “a ‘conquista’ da capital espiritual e cultural da Cristandade”, porque “o sucesso do elefante é o sucesso de D. Manuel e de Portugal junto da Santa Sé e perante a Europa” (2013, p. 164).

Tal estratégia de “ostentação simbólica de poder” (Lopes, 2013, p. 172) caracterizou também outra embaixada, organizada no mesmo ano, destinada, neste caso, ao imperador Cristão da Etiópia, o conhecido Preste João Precioso – *João Belul*, na língua abexim – com o qual o rei tencionava estabelecer uma duradoura aliança de molde a reforçar a presença da fé cristã nas áreas africanas, combatendo, assim, a difusão das doutrinas heréticas (Marques, 1977, p. 335; Saraiva, 2004, p. 115; Marcocci, 2011, p. 62). Com o alvará régio de 6 de julho de 1514, hoje guardado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, com cota TT, Corpo cronológico, Parte I.a, Maço 17, Doc. 75 – analisado primeiramente por Sousa Viterbo (1901, p. 8) e, em 1995, pela historiadora Aida Fernanda Dias<sup>1</sup> –, o soberano ordenou ao então Recebedor do tesouro Rui Leite que enviasse diferentes géneros de presentes, emblemas do poder transcontinental

<sup>1</sup> Dias, A. F. (1995). Um presente régio, *Hvmanitas*, XLVII, 685-719.

da monarquia manuelina, ao Negus da Abissínia: além de objetos decorativos e valiosos, como armas, almofadas, toalhas, mesas, cadeiras, capacetes, roupa e espadas realizadas com materiais preciosos, o *Venturoso* manda enviar, outrossim, uma copiosa quantidade de manuais didáticos injuntivos de cunho linguístico e religioso, desfrutando do ativismo da arte tipográfica, que determinou, como sublinha Buescu, profundas «transformações na transmissão cultural na Época Moderna», permitindo, desta forma, “superar em definitivo o monopólio clerical da cultura escrita”, facto que incentivou “um processo de progressiva laicização da cultura” (Buescu, 2001, p. 265).

Tais livretes em *lingoagem*, de temática fundamentalmente religiosa, serviam para promover, de modo paralelo, as campanhas de literacia e de evangelização em pátria e no ultramar, visto que os textos religiosos, no século XVI, eram empregados, nas palavras de Mariagrazia Russo, como estímulo para a alfabetização (Russo, 2021, p. 18), instrumentos basilares do trabalho educativo efetuado nos territórios extracontinentais para incentivar o progresso das competências de leitura tanto endofásica como esofásica em português língua segunda.

As disposições apresentadas no alvará, documento analisado sob o ponto de vista histórico por Dias (1995), demonstra como na África portuguesa circulavam, no século XVI, determinados géneros textuais injuntivos em língua vernácula para concretizar as diretivas do Padroado Régio no quadro do projeto expansionista. Com efeito, para cumprir a própria missão de unificação quer linguística, quer religiosa do império, D. Manuel ordenou enviar ao Imperador da Etiópia os seguintes manuais, pertencentes, conforme a taxonomia elaborada por Werlich (1975), à classe instrucional, exemplares que na altura faziam parte, como ilustra Sousa Viterbo, da livraria real (1901, p. 8): “mil cartinhas cubertas de purgaminho”, “doze cathaçismos”; “vimte Flos Samtorum”, “trimta livros da vida dos mártires e todos serã de lem[goa]gê portougues”, “hum livro de rezar” – que o próprio rei mandou cobrir de veludo carmesim, raso e ouro segundo a conceção do livro-tesouro da época (Buescu, 2001, p. 269), “hum missal do uso dos Dominicanos” e “hum ritual do baptismo”, principalmente textos de edificação religiosa que o próprio monarca manda impimir, por um total de 1.065 volumes, quantia que demostra o alto poder divulgativo da arte tipográfica no período quinhentista ao serviço da igreja e da coroa lusitana.

Segundo o «conhecimento» de Lourenço de Cosmo, porém, redigido a 23 de Março de 1515 ao receber os presentes enviados através da embaixada, hoje sabemos que foi remetida uma quantidade mais numerosa de livros em relação àquela disposta no alvará assinado por D. Manuel em 1514, obras para as quais, como assevera Dias, “não conhecemos qualquer mandado” (1995, p. 708). Observando, de facto, os dados quantitativos apresentados neste documento,

chegaram à Etiópia 1.434 volumes, i. e. 1.000 *Cartinhas*, 30 *Catecismos*, 100 *Vidas dos mártires*, 100 *Livros de horas de Nossa Senhora*, 100 *Livros da Destruição de Jerusalém*, 100 *Confessionários de Resende*, um *Livro de horas*, um *Missal do uso dos Dominicanos* e um *Ritual do batismo*. Quanto aos *Flos Sanctorum*, presentes na lista do alvará de 1514, são pelo contrário ausentes no “conhecimento” de 1515, mas é provável que chegaram às terras do Preste João, uma vez que este último, segundo Dias (1995, p. 709), mandou até traduzir algumas partes para a língua abexim a Francisco Álvares, membro da respetiva embaixada, circunstância que atesta o processo de «gramaticalização das línguas exóticas» que se principiou no século XVI (Buescu, 1983, p. 10).

Observando, portanto, os dados quantitativos presentes quer no alvará régio de 1514, quer no “conhecimento” de Lourenço de Cosmo datado de 1515, podemos asseverar que, para promover as campanhas de alfabetização e de evangelização na África portuguesa, foram elegidos 10 géneros textuais de natureza instrucional que, como acima discutimos, faziam parte da própria livraria régia (Sousa Viterbo, 1901; Buescu, 2001).

As *Cartinhas* (ou *Cartilhas*) representam o primeiro género que figura nas disposições do soberano, i.e. pequenos livretes de cariz didático compostos por vinte ou trinta páginas que, pela estrutura composicional e pelos conteúdos de carácter linguístico e religioso selecionados, se configuram como silabários ou abecedários de instrução elementar, finalizados, por um lado, ao ensino do português como Língua Materna (L1) em pátria aos filhos de reis e nobres e como Língua Segunda (L2) nas colónias extracontinentais e, por outro, ao processo de aculturação e conversão dos povos africanos, asiáticos e brasileiros para a fé do império. Com efeito, como analisámos no trabalho de edição tipo-filológica dos três exemplares de cartinhas conservados na Biblioteca Pública de Évora com cota RES. 300, RES. 300 A e RES. 300 B (Rossi, 2017), esta dupla intencionalidade traduz-se para uma estrutura textual dúplice, uma vez que estes volumes são constituídos por i) uma parte linguística, que compreende geralmente duas páginas, cujo objetivo é ilustrar o alfabeto e as regras de formação das sílabas, e por ii) uma secção religiosa, mais ampla em termos quantitativos do que a primeira – razão pela qual na bibliografia científica existente, de cunho histórico e filológico, tais livretes são erroneamente designados como *Catecismos* (Rossi, 2017, p. 13) –, caracterizada por excertos extraídos da Bíblia e do Evangelho e por orações que os missionários utilizavam como ponto de partida do próprio programa de educação: tais textos consentiam quer praticar a arte da leitura, desenvolvendo, destarte, a habilidade de compreensão escrita, quer ilustrar os dogmas fundamentais do Cristianismo (Castelo-Branco 1971, 1972; Cepeda, 1992, 1995; Rosa, 2002; Boto, 2004), composição endógena que refletia, por

consequente, as duas faces da campanha política ativada por D. Manuel no vasto espaço lusófono.

Dado que no alvará não se especifica o título das cartinhas enviadas, a estudiosa Dias avança conjeturas (1995, p. 708) afirmando que o silabário enviado para a Abissínia deveria ser, provavelmente, a *Cartinha pèra ensinar a leer* do religioso português de origem castelhana D. Diogo Ortiz de Vilhegas (1457-1519), autor, aliás, do famoso *Cathecismo pequeno*<sup>2</sup>, guardada na Biblioteca Pública Eborense com cota RES. 300 B e de que se conhece apenas a última edição de 1534, não catalogada, porém, no *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva (1860, t. II), modelo de abecedário que foi mandado dois anos antes, segundo António Brásio (1973, p. 451), também a Cochim para fins missionários, exemplar que no nosso trabalho de levantamento bibliográfico de 2017 não foi identificado em nenhum arquivo. Todavia individuámos, pelo contrário, um silabário datado de 1534 editado pelo ativíssimo Germão Galharde, i.e. a *Cartinha para ensinar a leer. Cõ as doctrinas da prudencia. E os dez mandamentos da ley: Cõ suas contras. Agora nouamente*, conservada na Biblioteca Pública de Évora com cota RES. 265-B, cuja edição fac-similada foi publicada em 1981<sup>3</sup> e que, provavelmente, é o exemplar enviado às terras etíopes ao qual se referem Brásio e Dias, onde está até presente, na parte religiosa, o texto titulado *As doctrinas da prudencia compiladas per Dom Diogo Ortiz bispo de Viseu*, de autoria do próprio prelado. Em consonância disto, sendo uma edição ancípite o exemplar RES. 300 B, catalogado pelos arquivistas da BPE como uma cartinha por ter as características composicionais do género do silabário quinhentista, não é possível reconstruir, por consequência, os respetivos dados bibliográficos – como título, casa editora, lugar e nome do autor – e não confirmar, portanto, a tese avançada por Brásio e Dias, mas admitir como hipótese que o abecedário enviado através da embaixada para a Abissínia era, se calhar, o exemplar anónimo catalogado com cota RES. 265-B.

O segundo género textual incluído nos volumes a enviar para a África portuguesa é o *Catecismo*, manual instrucional – nomenclatura utilizada por vezes de maneira incorreta, como acima se disse, para identificar as *Cartinhas* – finalizado unicamente à ilustração dos princípios da religião cristã, cuja intencionalidade é, citando Orlando, “a inculcação de hábitos e valores religiosos e morais, a modelação de comportamentos e a formação do cristão” (2013, p. 69), composto

<sup>2</sup> Villegas, D. O. (1504). *Cathecismo pequeno da doutrina e instruçam que os xpaãos ham de creer e obrar pera conseguir a benauenturança eterna feito e compilado pollo reuerendissimo señor dom Dioguo Ortiz bispo de Çepta*. Lixboa, Per Valenti[m] Fernádez alemã e Iohã Pedro Boõhomini de Cremona.

<sup>3</sup> Anónimo (1981). *Cartinha para ensinar a ler*. Fac-simile da ed. de Lisboa por Germão Galharde (1534). Lisboa, Biblioteca Nacional.

pelos textos basilares da Tradição Apostólica, do Magistério da Igreja e das Sagradas Escrituras, tipologia de texto injuntivo que proliferou, em termos quantitativos, sobretudo depois da Reforma, “tornando-se o centro da ação pastoral-catequética” (Orlando, 2013, p. 70). Por conseguinte, tal género era constituído somente por textos religiosos de natureza injuntiva a utilizar para o processo de aculturação dos povos autóctones, sem apresentar noções em relação ao ensino das letras (Cristovão, 1998, p. 692), parte contida, pelo contrário, nas *Cartinhas*, que, como anteriormente frisámos, possuem uma dúplice estrutura composicional (Rossi, 2017, p. 92).

Considerando as preciosas informações bibliográficas mostradas no inventário da livraria real realizado por Sousa Viterbo (1901), o título dos 30 exemplares enviados para a Abissínia é, provavelmente, o conhecido *Cathecismo Pequeno*, “o primeiro manual de instrução de fé escrito em língua vernácula” (Mariguela, 2009, p. 2) de D. Diogo Ortiz de Vilhegas, prolífico autor de manuais religiosos, impresso em Lisboa em 1504, com caracteres góticos típicos da arte tipográfica quinhentista, por Valentim Fernandes e João Pedro Bonhomini de Cremona<sup>4</sup>, tese que podemos defender por ter sido encomendado pelo próprio D. Manuel I, ao qual a obra é dedicada, e cuja intencionalidade é, segundo Mariguela, “dar a conhecer aos principiantes, ou seja, àqueles que desconhecem os preceitos e doutrinas cristãs, ‘os primeiros fundamentos de tal instrução’ para ler e aprender a Lei de Deus” (2009, p. 2), com um estilo simples de modo a simplificar a aprendizagem dos conceitos expostos. O manual em apreço, “de que se remetteu porção de exemplares ao Preste João” (Sousa Viterbo, 1901, p. 19), é composto por 50 capítulos, que apresentam os princípios catequéticos segundo os parâmetros da classe textual expositiva (Cristovão, 1998, p. 698), e por uma parte introdutória onde o prelado apoia abertamente o projeto de expansão marítima ativado pela coroa lusitana já que, como relata Marcocci, “dopo la discesa in terra di Cristo il battesimo e una ‘fede esplicita’ erano divenuti necessari alla salvezza non solo per gli ebrei, ma anche per i pagani, l’espansionismo dei portoghesi era lo strumento di cui Dio si serviva per portare la rivelazione a popoli” (Marcocci, 2011, p. 43): a aliança entre o poder religioso e político se concretiza, portanto, através deste importante projeto editorial, definido por Francisco da Silva Cristovão como um “cimélio altamente significativo da literatura portuguesa didáctico-religiosa dos começos do séc. XVI” (1998, p. 700).

Quanto aos 20 *Flos Sanctorum* – ‘flos-santório’ em português’ – que o soberano venturoso incluiu na lista dos volumes a enviar ao Preste João, tais textos não

<sup>4</sup> A edição crítica foi publicada em 2001 por Elsa Maria Branco da Silva (*O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz*/ed. crítica e introdução. Lisboa, Colibri).

figuram no “conhecimento” redigido por Lourenço de Cosmo ao inventariar o número de exemplares que chegaram à Etiópia, mas é admissível que estes livretes foram efetivamente recebidos dado que, conforme dito anteriormente, os documentos da época relatam que o próprio governador abexim ordenou traduzir algumas partes para a sua língua a Francisco Álvares, membro da embaixada (Dias, 1995, p. 709).

Isso posto, se consultarmos o levantamento bibliográfico levado a cabo por Sousa Viterbo (1901), podemos corroborar a ideia de que o texto é datado de 1513, uma vez que, durante este ano, foram imprimidos em Lisboa, por mandado de D. Manuel, dois *Flos Sanctorum*, “um, nos prelos de Herman de Kempis e Roberte Rabelo, a 15 de março de 1513; outro, a 17 de agosto, nos prelos de João Pedro Bonhomini” (1901, p. 16). Enquanto na capa da encorpada edição datada de 15 de março de 1513, catalogada na Biblioteca Nacional de Portugal com cota RES. 157 A, se declara que o texto foi estampado «com graça e privilegio dei Rey nosso senhor», como outrossim informa Inocencio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliográfico* (1860, p. 234, t. 9), Brásio (1973, p. 451) e Dias (1995, p. 709) admitem como hipótese que o volume enviado para a Abissínia, de autor anónimo, possa corresponder a *Ho flos sanctō[rum] em lingoaje[m] p[or] tugue[s]*, texto informativo-expositivo que apresenta uma coleção de relatos sobre a vida dos santos, desde os mártires romanos até àqueles canonizados na época medieval.

Todavia, é admissível também que o exemplar em língua vernácula remetido para a África portuguesa seja a edição de João Pedro Bonhomini datada de 17 de agosto de 1513, titulada, como se depreende no *Diccionario Bibliográfico* de Silva (1860, p. 308, t. 13), *Livro e legenda de todos os santos martyres*, flos-santório muito raro onde se atesta, na capa, que foi estampado “per especial mandado de muy alto e mui poderoso señor Rey dō Manuel”, declaração que confirma, de facto, o ativismo do monarca em reforçar a própria campanha de evangelização e de difusão planetária do idioma lusitano através da arte tipográfica, ordenando imprimir múltiplos exemplares de textos didáticos de cariz religioso e linguístico a divulgar nos territórios coloniais.

Outro género que circula nas terras etíopes é o *Livro da vida dos Mártires*, volume que apresenta os relatos do sofrimento e da morte de um mártir cristão – ou de um grupo de mártires –, textos que foram coletados nas liturgias da igreja, segundo Delehay (1993), desde os tempos mais antigos. Enquanto no mandato de 1514 resultam 30 exemplares enviados, o “conhecimento” de Lourenço de

<sup>5</sup> Anónimo (1513). *Ho flos sanctō[rum] em lingoaje[m] p[or] tugue[s]*. Lixboa, per Herman de campis bombardero del rey & Roberte rabelo.

Cosmo atesta a chegada de 100 volumes, cópias, provavelmente, de “um livro que fala dos feytos e paixões dos martyres” que fazia parte, como noticia Sousa Viterbo (1901, p. 16), da livraria régia durante o reinado de D. Manuel, cujo título, porém, ainda se desconhece. Contudo, Dias avança a hipótese segundo a qual o texto enviado deveria ser, supostamente, a *Vida e paixão dos mártires*, editado em Lisboa por João Pedro Bonhomini em 1513 (1995, p. 709), i. e. o flos-santório acima mencionado *Livro e legenda de todos os santos martyres*, conjectura possível se considerarmos que no título não aparece a terminologia *Flos Sanctorum*.

À luz do exposto, com base nas pesquisas bibliográficas conduzidas, podemos aventar a hipótese de que o flos-santório enviado ao Preste João é *Ho flos sanctô[rum] em lingoaje[m] p[or]tugue[s]*, datado de 15 de março de 1513, por conter no título, de maneira explícita, a nomenclatura do género textual em apreço. Quanto ao *Livro da vida dos Mártires*, pelo contrário, achamos possível identificá-lo com o *Livro e legenda de todos os santos martyres*, editado por João Pedro Bonhomini no dia 17 de agosto de 1513, porque o título não apresenta a devida terminologia classificatória, tal como no outro exemplar.

A seguir, outro género escolhido pelo monarca é o *Livro de rezar*, uma espécie de breviário composto por orações e leituras em português que deviam ser recitadas, segundo os mandamentos da Igreja, diariamente. Uma cópia deste texto, que chegou à Abissínia em 1515, era um exemplar raro do uso do próprio D. Manuel, que, como se depreende do alvará, mandou “cobrir de veludo cremesim e forrar de bocado raso” com adornos preciosos, tal como “brochas d’ouro” (Dias, 1995, p. 690) segundo a concepção, como acima se disse, do livro-tesouro que ainda imperava naquela época (Buescu, 2001, p. 269). Uma vez que o volume não foi registado nem no *Diccionario Bibliográfico* de Inocencio Francisco da Silva, nem nos catálogos das bibliotecas portuguesas, não podemos, por conseguinte, remontar ao título e ao nome do autor. Da mesma forma, resulta complexo identificar as edições quinhentistas, publicadas durante o reinado de D. Manuel, quer do *Missal* “do costume de rezar dos domynycos” (Dias, 1995, p. 691), tipologia de livro religioso injuntivo composto pelas orações a recitar durante as missas e as festas religiosas de que os sacerdotes se servem no altar, quer do “bautisteiro” – o *Ritual do batismo* –, texto instrucional do ritual romano para a celebração do batismo na Igreja Católica, por não terem sido catalogados nos estudos bibliográficos por nós analisados.

Este grupo de livretes didático-religiosos é enriquecido, em consonância com as declarações de Lourenço de Cosmo apresentadas no seu “conhecimento”, enviado ao Venturoso como inventário dos presentes que chegaram em 1515 à Abissínia, por outros 3 géneros textuais em língua vernácula, i. e. o *Livro de*

*horas de Nossa Senhora*, o *Livro da Destruição de Jerusalém* e o *Confessionário de Resende*, 100 cópias para cada exemplar, por um total de 300 volumes. Além disso, o delegado registou também a presença de um *livro de horas*, mas sem mencionar o respetivo título.

O *Livro da Destruição de Jerusalém* deveria corresponder, consoante notifica Sousa Viterbo, à *Estoria do muy noble imperador Vespasiano* (1901, p. 20), emperador de Roma, relato histórico de ampla difusão na época dos Descobrimentos editado por Valentim Fernandes em 1496 e atualmente conservado na Biblioteca Pública de Lisboa na coleção dos “Impressos Reservados” com cota INC. 571, do qual existe, aliás, uma versão em língua espanhola, titulada *Istorias de la diuinal vitoria y nueua adquisicion de la muy insigne cibdad de Oran hecha por el gran capitan contra los africanos el señor Don fray Francisco Ximenez cardenal de España arçobispo de Toledo*, realizada por Martín de Herrera em 1510 e conservada na Biblioteca Nacional de Espanha com cota R/12652<sup>6</sup>.

Além disso, o Negus da Abissínia recebeu ainda 100 exemplares do *Confessionário de Resende* ou *Memorial dos pecados*, “guia espiritual dos grandes responsáveis pela administração” (Bragança, 1979, p. 210), volume realizado pelo conhecido poeta e cronista Garcia de Resende (1470-1536), “per mandado do muyto alto e muyto poderoso Rey dom Manuel nosso senhor”, cuja edição mais antiga, a única conhecida, foi impressa em Lisboa por Germão Galharde em 1521<sup>7</sup>, texto de cariz teológico repetidamente empregado no século XVI para as atividades de catequese ativas nas zonas periféricas dos territórios além-mar (Dias, 1995, p. 710). Quanto ao *Livro de horas de Nossa Senhora*, pelo contrário, livrete em língua vernácula de devoção à Santíssima Virgem, não podemos reconstruir os dados bibliográficos dos exemplares circulantes na África portuguesa durante o reinado de D. Manuel, por não ter sido registado nos estudos consultados e por não estar presente nos catálogos das bibliotecas portuguesas de domínio público.

Frente ao exposto, podemos afirmar portanto que na primeira metade do século XVI, a *nobre arte da imprimissão* foi uma essencial mola propulsora para a difusão do emprego comunicativo do português no vasto império ultramarino, graças à circulação, como acima elucidámos, de volumes injuntivos, em língua vernácula, de tipologia didático-religiosa – especificamente dos 10 géneros textuais identificados no alvará régio assinado por D. Manuel em 1514 e no “conhecimento” de Lourenço Cosmo datado de 1515 – finalizados quer ao ensino do idioma nacional como língua segunda, quer à transmissão dos dogmas

<sup>6</sup> Logroño, Arnao Guillén de Brocar.

<sup>7</sup> Resende, G. (1521). *Breue memorial dos pecados & cousas que pertenc[em] ha cõfissa[m]/bordenado por Garcia de rese[n]de fidalguo da casa del Rei nosso senhor*. Lixboa, per Germão Gaillarde.

da religião católica aos povos locais, ferramentas que, impressas por ordem do próprio monarca, permitiam cumprir as diretivas do Padroado Régio.

### 3. Considerações finais

Pelo exposto neste trabalho de investigação bibliográfica, pode-se acompanhar a conclusão de que os géneros textuais escolhidos por D. Manuel I, a enviar como presentes ao Imperador da Etiópia em 1514, representam úteis instrumentos pedagógicos empregados nas terras africanas do Ultramar para cumprir os propósitos da própria política expansionista além das fronteiras nacionais, em termos quer religiosos, quer linguísticos. Com efeito, o monarca desfruta do alto potencial da recém invenção da imprensa para difundir, em primeiro lugar, o uso comunicativo da língua portuguesa nas áreas colonias, aprendida, através do ativismo dos missionários, como L2, uma vez que todos os volumes instrucionais então circulantes, de temática religiosa, eram redigidos no próprio idioma lusitano, processo que permitiu ao português atingir o estatuto de língua oficial de cultura e de prestígio literário, atribuído, desde sempre, ao vizinho castelhano (Stegagno Picchio, 1959, pp. 5-54). Tal circunstância originou o surgimento de uma consciência linguística coletiva tão enérgica que incentivou, de facto, uma fértil produção de volumes injuntivos para fixar e regularizar o uso das normas morfossintáticas do idioma veicular de comunicação no amplo império, facto que levou à publicação das primeiras gramáticas do português, tal como as conhecidas *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira<sup>8</sup> (1536) e *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* de João de Barros<sup>9</sup> (1539).

Em segundo lugar, o *Venturoso* selecionou a pente fino os 10 géneros textuais, a oferecer ao Negus da Abissínia – por um total de 1.434 volumes –, para intensificar, outrossim, as campanhas de evangelização nas terras extracontinentais, empregando textos religiosos que, além de ilustrar os princípios e os preceitos necessários para ser um ‘bom cristão’, serviam como ponto de partida para o processo de alfabetização, a fim de treinar, em particular, a habilidade da leitura quer endofásica, quer esofásica.

Como se depreende da tabela resumitiva que apresentamos a seguir, enquanto no alvará de 1514 o monarca encarregou os próprios delegados de remeter para a África portuguesa 1.065 volumes, em 1515 chegaram, pelo contrário, 1.434 textos, entre os quais figuram 1.000 *Cartinhas*, o grupo que predomina em

<sup>8</sup> Oliveira, F. (1536). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Em Lixboa, E[m] casa d’Germão Galharde.

<sup>9</sup> Barros, J. (1539). *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*. Lisboa, Em casa de Luis Rodrigues.

termos quantitativos, uma vez que, pela dúplici estrutura composicional, serviam para a aprendizagem quer das noções básicas da língua portuguesa, quer dos fundamentos do Cristianismo, exemplares, provavelmente, da primeira edição da *Cartinha para ensinar a leer. Cõ as doctinas da prudencia. E os dez mandamentos da ley: Cõ suas contras. Agora nouamente*; 30 *Catecismos*, que o próprio rei mandou imprimir e que conseguimos identificar com o *Cathecismo Pequeno* de D. Diogo Ortiz de Vilhegas, publicado em 1504; 100 *Livros da Vida dos mártires*, que deveriam equivaler ao *Livro e legenda de todos os santos martyres*, publicado por João Pedro Bonhomini em 1513; 100 *Livros da Destruição de Jerusalém*, cujo título é *Estoria do muy noble imperador Vespasiano*, obra de cariz histórico editada em 1496; 100 *Confessionários de Resende*, quer dizer o *Breve memorial dos pecados* cuja primeira edição conhecida data de 1521 e, finalmente, 100 *Livros de horas de Nossa Senhora*, 1 *Livro de horas*, 1 *Missal* e 1 *Ritual do batismo*, cujos parâmetros bibliográficos não foi possível reconstruir por não terem sido catalogados nos inventários por nós examinados.

Género Textual	Alvará de 1514 1.065 volumes	«Conhecimento» de 1515 1.434 volumes
Cartinha	1.000	1.000
Catecismo	12	30
Flos-santório	20	-
Livro da vida dos mártires	30	100
Livro de rezar	1	-
Livro de horas de Nossa Senhora	-	100
Livro de horas	-	1
Livro da Destruição de Jerusalém	-	100
Missal	1	1
Ritual do batismo	1	1
Confessionário de Resende	-	100

Diante disto, podemos afirmar, a título conclusivo, que este levantamento sobre os géneros que circulavam pelos mares da língua portuguesa no século XVI demonstra que os primeiros textos imprimidos no idioma oficial do império eram, de facto, volumes injuntivos de cariz religioso, cuja intencionalidade educacional era quer linguística, quer catequética.

## Referências bibliográficas

- Almeida, A.A. M. (1997). A formação do discurso científico no Portugal das Descobertas entre fins do século XV e meados de Quinhentos. *Mare Liberum*, 13, 11-39.
- Barreiros, G. (1561). *Commentarius De Phyra Regione*. Conimbricæ, Ioannem Aluarum.
- Barreto, L.F. (1983). *Descobrimientos e Renascimento – Formas de pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Barreto, L.F. (1987). *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sócio-cultural*. Lisboa, Gradiva.
- Baxter, A. (1996). Línguas Pidgin e Crioulas. in I.H. Faria *et al.* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 535-549). Lisboa, Caminho.
- Boto, C. (2004). Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. *Educação e Pesquisa*, 30 (3), 493-511.
- Bragança, J.O. (1979). «Memorial dos pecados» de Garcia de Resende. *Didaskalia*, 9(1), 209-235.
- Brásio, A. (1973). *História e Missiologia*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Buescu, M.L.C. (1983). *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Buescu, A.I. (2001). A Livraria Régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos. In *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época* (pp. 264-279). Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
- Calamote, A. (1997). *A imprensa e as Ordenações Manuelinas*. Alfragide, S/E.
- Castelo-Branco, F. (1971). Cartilhas quinhentistas para ensinar a ler. *Boletim Bibliográfico e informativo*, 19, 109-152.
- Castelo-Branco, F. (1972). Portugal Quinhentista visto através das cartilhas para ensinar a ler. *Anais da Academia Portuguesa da História*, 21, 291-315.
- Celani, S. (2012). *Alle origini della grammaticografia portoghese*. Roma, Edizioni Nuova Cultura.
- Cepeda, I.V. (1992). Uma ‘cartinha’ em língua portuguesa desconhecida dos bibliógrafos. In *V Centenário do Livro Impresso em Portugal, 1487-1987* (pp. 79-92). Actas do Colóquio sobre o Livro Antigo. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Cepeda, I.V. (1995). Ainda a propósito da Cartinha de 1502. Separata de *Didaskalia*, 30(1-2), 257-265.
- Cristovão, F.S. (1998). O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz Vilhegas. *Humanitas*, L, 687-700.

- Delehaye, H. (1933). *Les origines du culte des martyrs*. Bruxelas, Soc. d. Bollandistes.
- Dias, A.F. (1995). Um presente régio. *Hvmanitas*, XLVII, 685-719.
- Gama, A.B. (2011a). A iconografia régia manuelina e as muitas faces da política do rei descobridor (1495-1521). In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (pp. 1-16). São Paulo, [s.n.].
- Gama, A.B. (2011b). As Ordenações Manuelinas, a tipografia e os descobrimentos: a construção de um ideal régio de justiça no governo do Império Ultramarino português. *Navigator*, 7(13), 21-35.
- Hallewell, L. (1982). *Books in Brazil: a history of the publishing trade*. London, The Scarecrow Press.
- Hartmann, P. (2003). *I Gesuiti*. Roma, Carocci.
- Lopes, D. (1936). *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Barcelos, Portucalense.
- Marcocci, G. (2011). *L'invenzione di un impero. Politica e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)*. Roma, Carocci.
- Matos, M.C. (1997). *A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no Oriente (Índia, China e Japão)*. Lisboa, [s.n.].
- Mariguela, A.D. B. (2009). O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz: um testemunho linguístico. In *Anais do SILEL* (pp. 1-11). Uberlândia, EDUFU.
- Marques, A.H.O. (1977). *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores, 2 voll.
- Meirinhos, J.F. (2006). Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI. A colecção de impressos Portugueses da BPMP. In *Separata de Tipografia Portuguesa do séc. XVI nas colecções da BPMP. Catálogo* (pp. 17-34). Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Orlando, E.A. (2013). Os manuais de catecismo como fontes para a história da educação. *Roteiro*, [s.i.], 67-88.
- Noronha, T. (1874). *A Imprensa Portuguesa durante o seculo XVI*. Porto, Imprensa Portuguesa.
- Pato, R.A.B. (ed.) (1884). *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa, Academia Real das Ciências.
- Pereira, D. (2007). *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa, Caminho.
- Pinto, A.C. (1948). *Da famosa arte da imprimissão: da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar*. Lisboa, Ulisseia.
- Rosa, M.C. (2002). Cartinhas e cartilhas: a introdução à leitura no século XVI. *Diana*, 3/4, 59-73.
- Rossi, M.A. (2017). *Le Cartinhas di Évora: un modello per l'educazione linguistica del XVI secolo. Evoluzione di un genere all'interno dell'odeporica lusitana*. Viterbo, Sette Città.

- Russo, M. (2013). Impressores italianos na Lisboa pombalina. In N. Alessandrini, P. Flor, M. Russo & G. Sabatini (Orgs.), *Le nove son tano e tante buone, che dir non se pò Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)* (pp. 123-136). Lisboa, Simbolomania-Artes Gráficas Lda.
- Russo, M. (2021). Antologizzare in grammatiche portoghesi per italofoeni: uno sguardo diacrónico. In M.S. Felici (ed.), *Glottodidattica della lingua portoghese: una prospettiva diacronica e sincrónica* (pp. 17-38). Bracciano, Tuga Edizioni.
- Santos Hernández, A. (1977). *Las misiones bajo el patronato portugués*. Madrid, Eapsa.
- Saraiva, J.H. (2004). *Storia del Portogallo* (trad. a cura di Pasquale Sacco). Milano, Bruno Mondadori.
- Silva, I.F. (1860). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Stegagno Picchio, L. (ed.). (1959). *João de Barros, Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Modena, Società Tipografica Modenese.
- Werlich, E. (1975). *Typologie der Texte; Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik*. Heidelberg, Quelle & Meyer.